

**40º Encontro Anual da ANPOCS**

SPG 12: Encruzilhadas da Teoria Social Contemporânea

**Qual o lugar do tempo? Uma análise da temporalidade como aspecto epistemológico da Sociologia.**

Ana Beatriz Neves Martins

Setembro 2016

## RESUMO

O presente paper a ser apresentado na ANPOCS é fruto de uma tese em curso, cujo objetivo é pensar em como a concepção de temporalidade influencia a produção sociológica. Nossa hipótese é de que a concepção de temporalidade influencia tanto nossa produção, que ela pode ser pensada como um aspecto epistemológico da sociologia, que deveria muito da sua constituição a temporalidades específicas que a definiriam como campo do conhecimento. Logo, a busca pela investigação temporal levar-nos-á a uma rediscussão acerca dos principais aspectos da própria disciplina. Nossa tese é composta por 3 partes. Na primeira conceituamos o que é temporalidade, na segunda definimos nossa metodologia, que centra-se na ideia de metáforas sobre a questão temporal, e na última discutimos as metáforas presentes em 3 autores representativos de 3 períodos da sociologia recente (Parsons, Foucault e Eisenstadt). Especificamente nesse paper, focamos na segunda parte, pensando como a ideia (interdisciplinar) de metáfora (mais do que recurso retórico, mas como linguagem, pensamento e ação) pode nos trazer ganhos metodológicos para a teoria sociológica, instrumentalizando nossa discussão.

Palavras-Chave: Tempo. Temporalidade. Teoria Sociológica. Metáforas.

## SUMÁRIO

Introdução.....	IV
Hipótese Geral.....	VII
Tempo e Temporalidade.....	X
Metáforas como método.....	XX
Considerações finais.....	XXIV
Bibliografia.....	XXVI

## INTRODUÇÃO

Ianni, ao fazer uma sociologia da sociologia latino-americana, afirma que as estruturas do real abrem diferentes tendências ao pensamento. Sendo assim, a diversidade das posições sociais dos homens – no quadro da estrutura – implica em múltiplas visões do mundo, pois as representações que os grupos e classes sociais constroem sobre a sociedade em que se encontram inseridos afetam, em grau variável, as possibilidades do pensamento. (IANNI, 1971).

O que ele parece estar dizendo é que os fatos comuns da vida real afetam e influenciam – mais ou menos – nossos pensamentos, possibilidades de ideias e visões de mundo. Mas isso, a sociologia tem, de alguma maneira, com mais ou menos força, aceitado e pressuposto. Contudo, Ianni vai um pouco mais longe e afirma também que o pensamento científico não é imune a essas determinações. Isso significa, em outras palavras, que as estruturas do real, as configurações sociais da vida, influenciam não só nosso pensamento comum e ordinário, mas influenciam grandemente nossa produção de conhecimento (inclusive científica).

Acreditamos, como Ianni, que as configurações sociais da vida afetam nossa produção sociológica, e, tendo em vista inúmeras questões teóricas que a sociologia encontra-se enredada, pensamos e defendemos em nossa tese que poderíamos repensar vários desses dilemas a partir de uma rediscussão da própria sociologia em seus aspectos epistemológicos.

Durkheim e Mauss em “Algumas formas primitivas de classificação”, mostraram através do que eles chamaram de sistema mais primitivo de classificação – a saber, o sistema totêmico da Austrália – que não são as relações lógicas que dão base às relações sociais, mas ao contrário, que são as relações sociais que fornecem nossas relações lógicas. Ou seja, que mesmo nossas categorias bases, que pareciam mais universais (como espaço e tempo), são, na verdade, sociais, pois os homens estavam agrupados e se concebiam a si mesmos (DURKHEIM&MAUSS, 1903).

Um dos pontos de Durkheim e Mauss com isso é dizer que para que as noções sejam assim pensadas, é preciso que se admita que elas não são puras, universais, - como

pensava Kant<sup>1</sup> – mas são obras sentimentais, segundo eles. Sendo assim, as diferenças, mais afetivas que intelectuais, determinam a maneira pela qual elas se agrupam. Dessa forma (nesse caso deles), o que é o espaço para nós não é para outro grupo. E isso não é informação vazia, isso gera consequências lógicas e racionais, isso gera consequências na forma como olhamos para o mundo e criamos conhecimento lógico.

O que Durkheim e Mauss estavam dizendo era ambicioso em seu tempo, pois eles reivindicavam a negação das categorias universais kantianas e investigavam a fonte de onde emanavam, verdadeiramente, todas as categorias básicas<sup>2</sup> do entendimento, como tempo, espaço, gênero, causa, totalidade, número, etc. Tais categorias, para eles, emanavam, claro, do social. Isso significa que eles – além de encontrarem uma saída sociológica para a questão, e se afastarem dos pressupostos de formas a priori da sensibilidade kantiana – apontaram para o caráter social das categorias.

Diante disso, eles trabalharam especificamente com a categoria de espaço e com a ideia de classificação, e ressaltaram a importância da sociologia em lançar raio de luz na gênese e no funcionamento das operações lógicas, mostrando o quanto elas estão atreladas a concepções sociais construídas, e não a categorias universais.

Concordamos com esses autores, mas vamos um pouco além de onde eles foram. Pois eles, ao formular isso, não pensavam – enredados em seus pressupostos – que a sociologia também é conhecimento social, e que, portanto, também carrega consigo sua carga afetiva e está sujeita à influência social, sendo preciso, portanto, fazer uma sociologia da própria sociologia.

E é justamente isso que vamos buscar fazer na tese em questão: basear-nos na ideia de que a temporalidade é constructo social, e, portanto, modifica-se no tempo e no espaço em diferentes sociedades, pensar que essas diferentes ideias de tempo – que não são categorias universais – influenciam de maneira peculiar a própria sociologia que se produz, e pensar – de maneira prática e quase empírica – quais os desdobramentos de diferentes ideias de tempo sobre a produção sociológica.

---

<sup>1</sup> KANT, Emmanuel. Crítica da Razão Pura. ?

<sup>2</sup> Básicas no sentido de ser categorias que dominam a vida intelectual de todas as sociedades.

O aspecto no qual focaremos na tese é especificamente as configurações sociais que se referem à temporalidade, pensaremos no quanto as nossas configurações sociais anteriores em relação ao tempo afetam nossa produção sociológica. Nossa hipótese é que a ideia de temporalidade que se constrói socialmente possui uma influência tão extensa na produção da(o) socióloga(o) que pode ser pensada como uma base epistemológica forte da própria sociologia.

Sendo assim, muitos dos nossos dilemas e questões poderiam ser repensados via temporalidade. Isso ajudaria a apontar novos caminhos para a sociologia teórica (e por que não empírica?) e, quiçá, para uma nova teoria do social que conscientemente lidasse com essa nova problemática.

Nesse artigo, especificamente exploraremos a metodologia usada na tese a fim de pensar sobre essa hipótese (de que o tempo pode ser pensado como aspecto epistemológico da própria sociologia). Antes de tudo, tornaremos a hipótese mais clara para o leitor (seção 2), depois discutiremos brevemente as ideias de tempo e temporalidade, elegendo o conceito mais instrumental para nossa discussão (seção 3), esclareceremos a forma como desejamos pensar na nossa hipótese, de maneira geral, e nos demoraremos mais especificamente na ideia de metáforas como método (interdisciplinar) da nossa tese (seção 4).

Partiremos de um pressuposto enunciado por Lakoff e Johnson<sup>3</sup> de que as metáforas – comumente consideradas pela grande maioria das pessoas como imaginação poética ou, no máximo, recurso retórico – se infiltram na vida cotidiana não apenas como linguagem, mas como pensamento e ação.

---

<sup>3</sup> In: LAKOFF, G; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. London: The University of Chicago Press, 2003.

## **HIPÓTESE GERAL**

Como dissemos anteriormente, o objetivo da nossa tese é fazer uma sociologia da sociologia. Para isso, nosso ponto de partida são dois pressupostos: o primeiro é que as categorias básicas do nosso pensamento não são naturais, mas socialmente construídas (como vimos em Durkheim e Mauss); o segundo é que os sociólogos – longe de serem neutros – também possuem suas categorias bases construídas socialmente, logo, é preciso investigar o quanto de influência elas têm sobre a teoria sociológica que se produz.

A categoria básica a qual nos dedicaremos a investigar na tese é a categoria de tempo. Nossa pergunta motivadora é, portanto: Qual a influência da ideia de tempo na produção sociológica? Nossa hipótese é que a influência da ideia de tempo é tão grande sobre a produção sociológica, que nós poderíamos compreendê-la como fator epistemológico na produção da própria sociologia.

Isso significa que a constituição das sociologias que as (os) sociólogas (os) produzem são, em certa medida, consequência de modos de pensar o tempo específicos. Dita de outra forma, nossa hipótese, portanto, parece ser: a forma que formulamos e nos apropriamos da ideia de tempo gera consequências profundas para o que produzimos em termos de teoria sociológica.

Isso interessa à discussão sociológica porque acreditamos – uma vez que a produção (teórica) sociológica possui como fator epistemológico a ideia de tempo – que muitos dos nossos dilemas e problemas teóricos podem (e devem) ser repensados via temporalidade. Essa sociologia da sociologia nos ajudaria, então, a apontar novos caminhos para a sociologia teórica (e por que não empírica?).

Pois se a produção da sociologia depende e varia, em grande medida, da concepção de tempo que se possui, e se nós conseguirmos na tese estabelecer essas conexões, e analisa-las sistematicamente, conseguiremos repensar algumas questões da sociologia através de uma releitura dos autores e problemas (agora já conscientes da questão temporal), e através de uma reflexão temporal alternativa.

O problema, muitas vezes, é que quando pensamos na ideia de tempo, uma ampla bibliografia chama nossa atenção, abarcando desde discussões – herdadas da filosofia – acerca do caráter ontológico do tempo e de suas propriedades, até questões de cunho mais objetivista pensadas pela física, matemática e ciências naturais.

A discussão (sobre o tempo) parece arrastar-se há milhares de anos, vindo desde a Grécia Antiga, passando pelos principais filósofos, pela matematização do tempo com Galileu, pela objetificação do tempo com Newton, pela espacialização e relativização do tempo com Einstein e tantos outros.

Há tantas discussões, dos mais diferentes tipos e escopos, cobrindo partes tão distintas do conhecimento humano, que pode parecer – à primeira vista – que o objetivo da nossa tese e investigação é impossível e desnecessário, vão e vago. Acreditamos que se não houver, de fato, uma sistematização e conceituação da ideia que visamos trabalhar (tempo), é possível que caiamos num mar mítico do tempo, dentro do qual não há saída. Esse não é, definitivamente, nosso objetivo.

Para tornar isso mais claro, vamos retrabalhar – na próxima seção – a ideia de tempo e temporalidade, pensando qual dessas ideias é mais instrumental para nossa discussão, sistematizando-as e conceituando-as. Desejamos, com isso, tornar ainda mais clara para o leitor a importância da nossa tese e o porquê desse trabalho ser relevante para a construção da sociologia hoje.

Primeiramente, o leitor verá na próxima seção que não concordamos que a ideia de temporalidade seja diluída na ideia de tempo, ou narrativa, história ou duração, pois todas essas palavras não constituem sinônimos. Depois, a partir de Elias, entenderemos o tempo como abstração social e construção dentro de um processo social. Quanto à temporalidade, não a reduziremos a tempo, porque temporalidade é a forma como olhamos para o tempo, como o definimos, e, a partir disso, como enxergamos a nós mesmos e organizamos nossa própria experiência, individual e coletiva.

E essa forma de organizar nossa experiência coletivamente e individualmente gera uma maneira de pensarmos sobre nós mesmos dentro das escalas de presente, passado e futuro, criando significados e papéis distintos para esses elementos, dependendo da temporalidade a que se tenha construído. A temporalidade, portanto, será

entendida por nós como algo que a sociedade – juntamente com o indivíduo, via interação – após a percepção do tempo, formula para pensar na sua própria experiência, concedendo pesos diferentes ao passado, presente e futuro.

A temporalidade, portanto, seria a forma como o indivíduo e as sociedades leem-se a si próprios dentro da escala do tempo, como organizam sua experiência. A partir disso, há a formulação de narrativas e da própria história. Logo, entendemos e diferenciamos na próxima seção temporalidade de tempo, mas não diferenciamos de maneira estanque, mas sistematicamente organizamos os dois conceitos como partes distintas dentro de um processo, partes relacionadas, dinâmicas, que se retroalimentam e não são reduzíveis umas as outras.

Agora – com base nessa definição – podemos reconstruir nossa hipótese, retomando não apenas ela, mas também nossa pergunta, e traduzindo-as de maneira mais clara. Nossa pergunta poderia ser redesenhada da seguinte maneira: de que forma a concepção que desenvolvemos individual e coletivamente a partir da forma como definimos a ideia de tempo (que é um constructo social e, portanto, definível de diferentes maneiras) influencia o que produzimos no campo da sociologia?

A partir dessa pergunta, nossa hipótese é que a forma como organizamos (a partir da ideia de tempo) nossa própria experiência dentro das categorias de passado, presente e futuro, e a forma como experimentamos a ideia de tempo, possui uma influência profunda sobre a nossa produção dentro do campo da sociologia. Desconfiamos que essa influência seja tão extensa e profunda que nos permita pensar na temporalidade como aspecto epistemológico da própria sociologia.

Ou seja, a forma como lemos o tempo e como experimentamos ele, individualmente e coletivamente, influencia as vias pelas quais o conhecimento sociológico vai sendo construído. Isso significa que dependendo das concepções de tempo que possuímos (uma vez que o tempo é construção social), teremos diferentes construções sociológicas ou diferentes epistemologias, o que nos permitiria pensar (por que não?) as viradas sociológicas, caso nossa hipótese se desdobrasse correta.

Acreditamos que nesse ponto a análise a ser feita durante a próxima seção possa ser esclarecedora, pois a força da nossa hipótese e do que estamos propondo, aparecerá

com mais clareza ainda após uma compreensão mais extensa do que estamos discutindo. O que estamos nos propondo a perguntar é se diferentes maneiras de apropriar-se do tempo geram diferentes epistemologias dentro da própria sociologia. Em outras palavras, se o tipo de sociologia e o que conhecemos dela hoje possui relação causal de dependência e consequência direta da forma como construímos e experimentamos o tempo socialmente.

O leitor poderia perguntar-nos se, de fato, é possível dar tanta centralidade à questão temporal, e se fazer isso não seria, além de desproporcional, equivocado. Cremos que não, pois a bibliografia sociológica<sup>4</sup> – apesar de, muitas vezes, não sistematizar a questão do tempo, de maneira específica, parece apontar para ela não só como relevante, mas como central, como veremos mais adiante.

## **TEMPO E TEMPORALIDADE**

John Urry assinalou algo que já era consenso, de certa maneira, na sociologia: a ideia de tempo é central para a nossa disciplina, enquanto campo do conhecimento que visa entender e formular explicações acerca dos fenômenos sociais (URRY, J: 1996). Urry disse ainda que a sociologia negligenciou o tempo, fazendo – na maioria das vezes – análises que ele denomina atemporais. Contudo, apesar dessas fortes afirmações, Urry não definiu o que seria esse tempo (central e negligenciado).

Do mesmo modo que Urry, outros autores falaram da importância do tempo na sociologia, e de igual modo, da sua negligência, no entanto, como Urry, não definiram o que é o tempo. Braudel, numa discussão acerca da relação existente entre história e sociologia, imputou como base para o possível “diálogo de surdos” que ele disse existir entre tais disciplinas, o fato da história sempre inflacionar a importância do tempo dentro de suas sistematizações da realidade histórica, e a sociologia negligenciar o tempo. Entretanto, não definiu o que seria esse tempo. (BRAUDEL: 1992).

---

<sup>4</sup> Aqui podemos incluir uma série de autores clássicos e contemporâneos, como Durkheim e Mauss [1903] (anteriormente citados), Foucault [1975], Parsons [1937], Mead [1934], Simmel [1903], Giddens [1990], Baert [1992], Domingues [2004], Urry [1996], Schutz [2012], entre tantos outros.

Agostinho, numa célebre e famosa frase, disse: “O que é o tempo? Se ninguém me pergunta, eu sei; se quiser explica-lo a quem me pergunta, eu não sei” (Confissões, livro XI). Assim como Agostinho, muitos sociólogos ao tentar estudar o tempo, têm ficado presos nesse encantamento ritual, nessa pergunta difícil de ser respondida, justamente pelo caráter mítico assumido pelo tempo. Outros têm preferido pressupor o tempo como um termo quase autoexplicativo, não dispendendo quase nenhum (ou nenhum) espaço ao debate e conceituação desse termo.

A primeira categoria de pensadores e intelectuais, ao debruçarem-se sobre essa pergunta quase mítica, tem, na verdade, caracterizado essa ideia, imputando-a características sociais ou às vezes essenciais, ao invés de definir o tempo. Urry e tantos outros foram levados à segunda categoria de pensadores: pressupuseram que a ideia de tempo era compreensível, explicativa, auto evidente.

Elias, entretanto, apesar de saber dos riscos e perigos de se trabalhar com a concepção de tempo, buscou sistematizar essa ideia, e trabalhar de maneira sociológica com essa questão. Isso resultou num ensaio sobre o tempo que o autor publicou no ano de 1984 na Alemanha. Nele, Elias faz uma ampla sistematização da ideia de tempo, e formula – ele próprio – uma série de definições sobre o tempo, as quais analisaremos a fim de perceber se, de fato, essa concepção de tempo é ou não é a mais adequada para os fins que estamos perseguindo na tese.

Nosso objetivo nessa parte específica do paper é trazer luz à ideia de tempo e temporalidade, elegendo e sistematizando o conceito mais instrumental para o que buscamos discutir. Afinal, dada toda a trajetória irregular, controversa e interdisciplinar da ideia de tempo, é importante – e faremos isso através da análise da obra de Elias – perceber possíveis visões de tempo/temporalidade dentro da sociologia, e pensar se, de fato, essa ideia de tempo é a mais adequada para o que objetivamos desenvolver, ou se ela demanda a construção/apropriação de outros termos mais instrumentais aos nossos fins.

Como dissemos, a ideia de tempo foi pela primeira vez sistematizada na sociologia por Elias, que pensou o tempo – de maneira geral – como constructo social. Elias sabia bem das dificuldades de lidar com a ideia de tempo, e as imputou ao fato da própria natureza do tempo ser questionável. Afinal, o tempo é o que? Ele existe? É um a

priori? É independente do homem? É forjado pelo indivíduo? É social? É físico? Cultural? Instrumento? Há uma longa discussão a respeito, que Elias divide didaticamente – a fins de esclarecimento – em tempo como dado objetivo, e tempo como dado subjetivo.

A dificuldade em lidar com a ideia de tempo residiria também no fato da própria natureza do tempo ser questionável. Afinal, o tempo é o que? Ele existe? É um a priori? É independente do homem? É forjado pelo indivíduo? É físico? É social? É cultural? É instrumento? Há uma longa discussão acerca disso, que Elias divide didaticamente em duas posições diametralmente opostas: o tempo como dado objetivo e o tempo como dado subjetivo.

Embora diferentes, essas duas perspectivas têm pontos em comum e, para Elias, resumem as diferentes concepções sobre o tempo. O objetivo de Elias é refutar a ambas, e a isso se dedica boa parte do livro. Elias, ao invés delas, busca provar como hipótese que nosso saber resulta de um longo processo de aprendizagem e que com o tempo – como faz parte do nosso saber – é a mesma coisa. Nossa concepção de tempo hoje não seria, portanto, nem natural, nem objetiva, e nem a priori, mas fruto de um longo processo social e cultural.

Para isso, analisa diferentes sociedades e diferentes culturas, que formularam concepções de tempo bastante diferentes. Seu objetivo é mostrar que o problema do tempo não é apenas social e nem apenas individual, mas que o tempo é um exemplo de individualização de um fato social. Em última instância, com essa concepção, Elias reintroduz sua concepção de processo civilizador utilizando o tempo como exemplo vivo disso, e tenta através disso formular uma saída teórica para o problema entre agência e estrutura.

O tempo seria algo que se desenvolveu em relação a determinadas intenções e a tarefas específicas dos homens, servindo hoje como um instrumento de orientação indispensável (apesar de variável e não homogêneo em todas as sociedades) para a realização de uma multiplicidade de tarefas variadas.

E apesar de responder a uma demanda individual, o tempo não seria criação individual. Seria mais que isso, seria uma instituição social que variaria sua

complexidade e centralidade dependendo do estágio de desenvolvimento de cada sociedade. O tempo, portanto, nas palavras de Elias, seria: “a representação simbólica de uma vasta rede de relações que reúne diversas sequências de caráter individual, social ou puramente físico.”<sup>5</sup>

Apesar, contudo, de seu caráter social, o tempo não deveria ser pensado isoladamente pelas ciências sociais e nem deveríamos pensar numa ideia de um tempo social. Ao contrário, o tempo, para Elias, é uma oportunidade de unir sociedade e natureza (que aparecem de maneira muito isolada), corrigindo essa imagem de universo dividido em setores fechados, até porque, o tempo seria prova de que há uma interdependência entre natureza, sociedade e indivíduo.

Elias diz que a experiência humana do que chamamos tempo se modificou ao longo do passado, e continua a se modificar em nossos dias, por isso a hipótese da nossa predisposição a ligações específicas de tempo não é sustentável. Para ele, o tempo é um símbolo social específico que não está inscrito nos genes humanos, mas que eles mesmos inventaram e dos quais se servem para orientar-se no mundo.

O tempo seria, portanto, um símbolo social específico e que carrega em si um histórico de acumulação de significados. Pois seria um símbolo representativo de sínteses aprendidas no âmbito de uma sociedade, e que estaria situado num nível muito alto de generalização e síntese, pressupondo um riquíssimo patrimônio social de saber no que concerne aos métodos de mensuração das sequências temporais e as regularidades que elas apresentam.

De maneira geral, o que Elias conclui é que o tempo é instituição social, não é um a priori e nem uma predisposição genética, mas um aspecto do processo civilizador, um símbolo conceitual de uma síntese em vias de constituição, uma operação complexa de relacionamento de diferentes processos evolutivos, um aspecto da coerção externa que guia os homens através de um processo social, a agir de acordo com o que se espera deles.

---

<sup>5</sup> ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. P. 17.

*"O que chamamos 'tempo' significa, antes de mais nada, um quadro de referência do qual um grupo humano – mais tarde, a humanidade inteira – se serve para erigir, em meio a uma sequência contínua de mudanças, limites reconhecidos pelo grupo, ou então para comparar uma certa fase, num dado fluxo de acontecimentos, com fases pertencentes a outros fluxos, ou ainda para muitas outras coisas."*

(ELIAS, Norbert. Sobre o Tempo. P. 60. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.)

Assumimos essas definições e discussões sobre o tempo em Elias e as consideramos bastante razoáveis no âmbito sociológico. Pois Elias além de desconstruir certos pressupostos místicos sobre o tempo, e além de discutir de maneira sociológica a questão, termina seu ensaio com uma definição conceitual do que seria o tempo: O tempo seria um constructo social, fruto de um longo processo social que inclui homem e sociedade.

Contudo, depois dessas definições, é possível dizermos que, na verdade, queremos discutir o tempo sem discutir o tempo. Isso significa que não nos interessa discutir o caráter ontológico do tempo, ou a definição em si do que seria o tempo como um conceito, às vezes, tão vago e pouco preciso. Interessa-nos discutir a forma como as pessoas organizam sua própria concepção de tempo. Pois é a partir da forma como as pessoas organizam suas concepções de tempo, que elas interpretam o passado, presente e futuro, classificando-o, dividindo-o e imputando a eles pesos e significados diferentes.

Logo, apesar da precisão e da contribuição de Elias, nosso passo parece ser posterior ao dele. Nosso objetivo é mais discutir a forma como as pessoas lidam com o tempo, como as sociedades, autores e pessoas lidam com o tempo, como organizam sua experiência temporalmente, e a partir disso constroem suas narrativas acerca do presente, passado e futuro (se é que utilizam essas categorias), do que, necessariamente, discutir o tempo como um conceito em si, que traz com ele toda uma discussão interdisciplinar que envolve perguntas sobre o caráter ontológico do próprio tempo, bem como perguntas sobre sua existência, e suas características.

Para os fins de análise que demarcamos como prioritário no presente trabalho, é mais interessante discutir o tempo sem discutir diretamente esse conceito, mas através de outras vias. Assumimos, como ponto de partida, claro, alguma concepção de tempo.

Assumimos, influenciados por Elias que o tempo é construção social, e por isso, pode ser pensado de diferentes maneiras, questionando seu status de homogeneidade.

Com base nesse pressuposto, ultrapassamos as bordas do tempo e pensamos que o tempo pode ser apropriado de diferentes maneiras por diferentes atores ou coletividades, criando concepções bastante específicas com base nas quais os sujeitos e coletividades modelam suas experiências, enxergam-se no mundo, e enxergam o próprio mundo. Por fim, essas concepções levam os sujeitos e coletividades a construir suas narrativas, e a interpretar de maneiras específicas os eventos que se desenrolam “no tempo”.

Essa maneira bastante específica de interpretar os eventos, narrar suas próprias histórias e a história coletiva, bem como de organizar sua experiência pode ser pensado como um segundo momento da discussão: a temporalidade. Acreditamos que essa ideia que objetivamos explorar no trabalho pode ser melhor pensada através desse conceito (de “temporalidade”), que se distingue também da concepção de história.

Temporalidade é a chave conceitual instrumental para o que buscamos discutir, na medida em que insere um caráter ainda mais sociológico à ideia de tempo, e nos livra das discussões vagas e místicas sobre ele. Na medida em que o que buscamos discutir é a influência dessa forma de organizar o pensamento (em relação ao tempo) sobre a produção sociológica, o conceito mais instrumental para essa discussão é o de temporalidade.

A fim de nos debruçarmos sobre essa ideia, conceituando-a, discutimos de maneira geral<sup>6</sup> com algumas ideias de Hammer, presentes em “*Philosophy and temporality from Kant to Critical Theory*”<sup>7</sup>. Hammer, apesar de aproximar-se mais da filosofia, nos traz questões e pressupostos interessantes e similares acerca da temporalidade.

Pois seu interesse maior é a existência humana no tempo, e o que isso significa temporalmente. Por isso, ele se desloca das concepções sobre o tempo em si (assim como nós) e aproxima-se da ideia de temporalidades. Para analisa-la ele baseia-se em três pontos: 1. Nossa consciência de tempo é uma função mediada por horizontes de

---

<sup>6</sup> Nesse texto, especificamente.

<sup>7</sup> HAMMER, Espen. *Philosophy and temporality from Kant to Critical Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

significados, ou seja, nossos esquemas de tempo são expressivos de nossa identidade tal como de nossos desejos em relação ao que almejamos ser, e estão relacionados com nossas realidades sociais; 2. Há algo de peculiar no tempo da modernidade, pois ela baseia-se numa concepção de tempo cujos eventos são sucessivos e possuem direção linear do passado a um futuro, que nunca chega; 3. Esse tipo de desenvolvimento provocado por essa concepção peculiar de tempo tem afastado seu próprio discurso sobre a modernidade.

Esses três pressupostos constroem ponte clara entre a obra de Hammer e o presente paper, e denunciam sua instrumentalidade para nossa discussão. Uma vez que Hammer considera a temporalidade como aspecto social, construído socialmente e que possui clara relação com nossa identidade, e que considera a temporalidade presente na modernidade como peculiar no que concerne à sua linearidade, somos capazes de o relacionarmos ao que estamos tentando produzir.

Pois, por exemplo, se há algo de distintivo na modernidade quanto à temporalidade, e se pensamos – na tese – que a temporalidade pode ser aspecto epistemológico da sociologia, ou seja, que a temporalidade que se tem reflete-se na construção do pensamento sociológico, e a sociologia é, em si, fruto da própria modernidade, haveria algo de peculiar na própria constituição sociológica, que estaria estreitamente ligada à própria temporalidade moderna. Ou seja, mudando-se a concepção de tempo que se tenha, poderíamos não ter sociologia, tal qual conhecemos.

A discussão de Hammer fomenta ainda muitas das nossas questões, que não serão desenvolvidas aqui. Por ora, é interessante notar que os três principais pressupostos abordados por ele parecem apontar para o uso da ideia de temporalidade, e parecem indicar um caminho semelhante ao que buscamos traçar, apesar de algumas divergências.

O objetivo do estudo de Hammer é discutir e analisar como uma experiência irrefletida sobre o tempo (como a moderna), acompanhada de um processo dinâmico e perpétuo de modernização, encontra resposta cultural na tradição das reflexões desde Kant a Adorno. Poderíamos dizer que o objetivo dele é explicitar a dimensão histórica desses filósofos (que nem sempre é clara), mostrando como eles estavam respondendo aos seus contextos sociais e ao tipo de experiência que seu contexto viabilizou.

Porém, seu foco é pensar tudo isso com base na temporalidade moderna, ou seja, o autor visa pensar em como esses filósofos estavam respondendo a uma temporalidade específica, como se relacionavam com seus contextos históricos e com as discussões intelectuais e temporais de seus períodos e contextos sociais. Embora isso seja interessante e se assemelhe com o que estamos tentando construir, não é, definitivamente a mesma coisa. Nossos programas possuem alguma semelhança, porém nosso objetivo não é só dizer que as (os) sociólogas (os) respondiam ao contexto histórico de seu tempo, mas dizer que a temporalidade de seu tempo tornou-se base epistemológica do seu próprio conhecimento, gerando um tipo específico de disciplina, e pensando nas consequências disso.

De maneira geral, o objetivo de Hammer é conseguir demonstrar a centralidade da questão do tempo, através do foco que escolheu: os discursos filosóficos sobre a modernidade. A partir disso, o livro é construído sobre a ideia de que há algo distinto sobre o caminho em que o tempo é entendido e experimentado na modernidade. Por isso, ele trabalha especificamente com essa ideia. Seu objetivo é pensar nas ideias que os agentes modernos possuem sobre o tempo e conjecturar acerca deles.

Para isso, ele parte – assim como nós – da ideia de que o tempo é constructo histórico e social, mas uma construção que torna-se fato na vida cotidiana, e que as pessoas utilizam irrefletidamente durante suas vidas, acionando concepções temporais que carregam significados específicos, e envolvem implicações, expressando compromissos históricos. Por mais que as pessoas não pensem sobre isso, Hammer diz que suas práticas são inerentemente estruturadas na base do tempo, e estruturadas historicamente na prática de relacionar o tempo.

A fim de jogar luz nessa concepção cotidiana de tempo, ele aciona o conceito de consciência de tempo, que seria o meio a partir do qual os indivíduos e coletividades constroem suas próprias vidas em relação ao tempo. No caso específico da modernidade, o tempo incorporou um termo de sucessão, uma série linear de agoras, onde a linha do tempo move-se do passado através do presente e para o futuro, ou através de qualquer equivalente causal de modelo de sucessão.

Em outros contextos, o tempo não era isso, ele poderia ser, por exemplo, uma perpétua recorrência de agoras, e como tal, poderia ser idêntico, homogêneo, sem

significado intrínseco para o agente. Ou seja, as possibilidades experimentais que são disponíveis aos seres humanos em circunstâncias históricas e culturais específicas são dependentes das concepções de tempo desses seres humanos. Sendo assim, embora o tempo natural indicasse alguma coisa, o ciclo do tempo que, de fato, moldaria nossas experiências e nossas relações individuais e coletivas seria o ciclo do tempo social, a consciência do tempo.

Assim, a questão da temporalidade não seria resumida a crenças diferentes, mas relações diferentes entre quem somos. Nossas necessidades e desejos, nossas expectativas acerca dos outros e de nós mesmos, nossa memória, nosso conhecimento e tudo o mais que possuímos estaria intimamente relacionado com a forma como nos relacionamos com o tempo.

Isso significa que as relações inferenciais de vários tipos diferentes estruturariam nossas interpretações como seres temporais, provendo, para nós, um senso específico de relações entre passado, presente e futuro. A realidade social, portanto, como dissemos seria temporalmente estruturada. Além disso, haveria uma economia temporal específica em cada instituição social, e formas também específicas de estruturas discursivas e regimes específicos de poder e disciplina impostos de acordo com a temporalidade.<sup>8</sup> Na modernidade, haveria uma concepção específica de tempo. Mas mais do que isso, a modernidade seria marcada e caracterizada por essa concepção. Como isso ocorreu? Como a modernidade teria sido moldada por essa concepção específica de tempo? Hammer explica via Weber.

Sua discussão é ampla e complexa, e, muitas vezes, mergulha num debate filosófico que foge ao escopo das nossas preocupações, contudo podemos dizer – em linhas gerais – que o que Hammer está argumentando para nós é que a preocupação com o tempo e com a modernidade está intrinsecamente conectada a questões controversas, e se desejamos discutir sociedade e conhecimento, teremos que discutir temporalidade. Pois a temporalidade é um componente primordial em qualquer avaliação, principalmente moderna.

---

<sup>8</sup> Isso remete, claramente, a Foucault, como veremos adiante.

Nosso interesse em analisa-lo brevemente – apesar de nossos pontos de divergência, principalmente no que tange à aceitação da ideia de pós-modernidade de maneira quase inquestionável – é porque

Após analisarmos a obra de Elias, é possível – juntamente com Hammer – delimitarmos o que entendemos por temporalidade e porquê acreditamos que esse conceito (se bem utilizado) consegue transmitir as ideias necessárias para desenvolvermos o nosso ponto e a hipótese do presente artigo.

O tempo, como vimos com Elias pode ser pensado como constructo social, visto as inúmeras criações acerca do tempo existentes em diferentes contextos, eras e sociedades. Isso implica que o tempo não é um natural ou um a priori, não é uma lei natural no sentido de possuir um caráter fixo, ao contrário, o tempo possui caráter de transitoriedade e mudança. Por ser um elemento social, e tendo em vista que as sociedades configuram-se de diferentes maneiras ao redor do globo e em diversificadas eras, o tempo torna-se um elemento mutável e definível de diferentes maneiras em diferentes contextos. Por isso, seu caráter é tão ambíguo, e por vezes, tão confuso.

A forma como os indivíduos e coletividades se apropriam desse tempo, lidam com ele, e constroem suas vidas tendo-o em vistas, está contida na ideia de temporalidade. Nosso paper, portanto, possui como ponto de partida a questão: como a maneira como nos apropriamos do tempo e lidamos com ele influencia a construção do que produzimos em termos sociológicos?

Nosso objetivo é responder essa pergunta, e ela seria “simples” de ser respondida (e poderia já até ter sido respondida antes) se nossas (os) sociólogas (os) explicitassem e sistematizassem em seus trabalhos quais suas concepções de tempo/temporalidade, e qual a influência disso no que trabalharam.

Contudo, eles não fazem isso. Longe de nos dar essas respostas, eles nem sequer, na maioria das vezes, assumem explicitamente qualquer tipo de temporalidade, o que dificulta (ou torna mais divertido) nossos esforços. O fato da ideia de tempo ter se tornado também algo muito vago e místico fez com que essa questão fosse dificilmente abordada diretamente pelos autores.

Ao invés disso, uma atitude comum dentro da sociologia<sup>9</sup> é falar acerca do tempo/temporalidade via metáforas. Acreditamos que isso seja feito em muitos autores justamente pela dificuldade em sistematizar a discussão temporal. E acreditamos também que as metáforas sobre o tempo são capazes de nos revelar dados sobre o que os sociólogos pensam a respeito disso, pois partimos do pressuposto que as metáforas são não apenas recursos de linguagem e retórica, mas pensamento e ação.

Logo, para discutirmos sistematicamente sobre o tempo/temporalidade na teoria sociológica, bem como sobre sua influência na nossa produção, analisaremos as metáforas sobre o tempo presentes em alguns autores da sociologia. A ideia é que analisar as metáforas seja um método eficiente para esquadriharmos o não óbvio no texto e na produção, pensando não só nossa hipótese, mas oferecendo também uma releitura de algumas obras já lidas e relidas na sociologia. Portanto, na próxima seção nos dedicaremos a discutir a metáfora como método.

## **METÁFORAS COMO MÉTODO**

Antes de tudo, é preciso definir o que são metáforas, e deixar claro o ponto da nossa discussão. Para fazer isso, nos basearemos no livro escrito por Lakoff e Johnsen chamado “*Metaphors We live by*”<sup>10</sup>. O objetivo dos autores, nesse livro, é discutir como as pessoas entendem suas linguagens e experiências, e como externam isso via metáforas. Seu pressuposto, portanto, é que as metáforas falam muito sobre nossas vidas e nosso mundo. E isso não é óbvio, é novo e urgente, uma vez que as metáforas têm sido comumente e tradicionalmente vistas como algo secundário, e os autores apontariam para elas como categorias chave capazes de nos dar uma compreensão adequada das coisas.

Trazer essa ideia para a sociologia seria ainda mais inovador, tendo em vista certa “aversão” à interdisciplinaridade que a sociologia parece cultivar, através dos seus autores, principalmente os mais institucionalizantes. Trazer isso para a Sociologia com

---

<sup>9</sup> Como já indicou Domingues em “A dimensão espaço-temporal dos sistemas sociais”. In: Ensaio de Sociologia: Teoria e Pesquisa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

<sup>10</sup> LAKOFF, G.; JOHNSEN, M. *Metaphors We live by*. London: The University Chicago Press, 2003.

fins de discussão sobre tempo e temporalidade é ainda mais desafiador, e é isso que estamos propondo fazer.

As metáforas, para a maioria das pessoas, é apenas imaginação poética, é discurso retórico. Contudo, para esses autores, a metáfora é mais que isso, elas são características da linguagem, mas são pervasiva não só na linguagem, mas também no pensamento e na ação.

Tendo isso em vista, se pensamos que nosso sistema conceitual (em termos do que achamos e agimos) é fundamentalmente metafórico por natureza, e se pensamos que os conceitos que governam nossos pensamentos não são apenas questões do intelecto, eles governam nossa vida cotidiana, chegaremos à conclusão de que nossos sistemas conceituais têm papel central na definição das nossas realidades cotidianas. E como nossos sistemas conceituais (inclusive na sociologia) são largamente metafóricos, então nossa experiência (prática e teórica, de ação e reflexão) é largamente influenciada pelas metáforas.

O argumento central do livro, portanto, é esse: as metáforas não são só importantes para a linguagem, não são meras palavras, elas são a forma principal através do qual processamos nosso pensamento, logo, são ação. Mas, o que são metáforas? Uma conceituação metafórica é uma definição na qual entendo parcialmente o que estou dizendo em termos de outros conceitos. Ou seja, não crio definições puras, mas relacionais.

Logo, definir tempo como “*tempo é dinheiro*” significa fornecer uma conceituação metafórica ao tempo, uma vez que tempo não seria definido pelo seu caráter ontológico, mas a partir de suas semelhanças com outro objeto, relacionalmente. A grande questão de Lakoff e Johnsen – utilizando esse exemplo como base – é que os homens não fariam que tempo é dinheiro apenas no nível da retórica, mas agiriam como se o tempo fosse, de fato, dinheiro, e não só isso, criariam todo um sistema conceitual coerente que obedecesse a essa premissa (dar tempo, gastar tempo, ter tempo, investir tempo, sobrar tempo, etc.) e agiriam, de fato, como se o tempo tivesse virado uma mercadoria, um recurso limitado que nós temos ou não.

Por conta disso, poderíamos dizer que as metáforas possuem uma sistematicidade e que elas seguem padrões sistemáticos. Sua alta sistematicidade – que nos permite compreender um aspecto de um conceito em termos de outro – irá, necessariamente, esconder outros aspectos de um conceito, focando apenas em um deles. Um exemplo disso é a metáfora da argumentação como batalha. O foco nessa metáfora é pensar na disputa, no melhor argumento, em vencer, entre outras coisas, mas não no aspecto cooperativo da batalha. Por isso, quando os autores dizem que um conceito é estruturado por uma metáfora, isso significa que ele é parcialmente estruturado e que pode ser estendido em alguns casos e não em outros.

Além dessas metáforas estruturadas, há metáforas Orientacionais, na qual organizamos todo um sistema de conceitos com respeito a outro, que se relaciona com orientações espaciais. Essa metáfora no caso do tempo é especialmente interessante, pois nos dá ideia da dimensão espaço-temporal, e nos mostra o quanto – muitas vezes – organizamos a ideia de tempo em função da de espaço. É importante para os autores pontuarem que essas metáforas Orientacionais não são arbitrárias, mas possuem base em nossa experiência cultural e física.

Esse é um ponto bastante ressaltado pelos autores, eles acreditam que, de fato, os valores fundamentais da cultura serão sempre coerentes com a estrutura das metáforas – que, por sua vez, organizam-se de maneira sistemática (tanto internamente quanto externamente) – e, portanto, as metáforas não são aleatórias, mas são sistemas coerentes em termos dos quais nós conceituamos nossa experiência.

Elas são muito usadas no nosso cotidiano, segundo Lakoff e Johnsen, porque alguns conceitos são tipos naturais de experiência da nossa cultura, conceitos como amor, tempo, ideias, compreensão, trabalho, felicidade, saúde, controle, moralidade, entre outros, seriam conceitos que requereriam (pela forma como os experimentamos) uma definição metafórica, pois não são claramente e suficientemente delineados em nossos próprios termos para satisfazer as propostas de nosso cotidiano.

Isso significa que alguns tipos naturais de experiências são parcialmente metafóricos em natureza, pois a metáfora consegue possuir um papel de caracterizar a estrutura da própria experiência. Como dissemos, o tempo é um desses conceitos,

segundos os autores, pois o tempo é um tipo natural de experiência que é entendido em termos metafóricos.

Ao olharmos para a teoria sociológica (mesmo as mais incuravelmente teóricas), de maneira geral, notamos que as ideias de tempo e temporalidade não são conceituadas. Diferente disso, elas são – normalmente – apresentadas em termos metafóricos. Portanto, como analisar a influência do tempo nas obras dos autores se nem ao menos sabemos o que os mesmos pensam acerca desse conceito?

A saída metodológica que propomos – não só para nossa investigação, mas para a sociologia, em termos gerais – é a utilização das metáforas, assumindo-as como pensamento e ação. Pois se assumimos que a forma como Lakoff e Johnsen definem metáforas é relevante e corresponde à realidade social, olhar e analisar sistematicamente metáforas sobre o tempo (ou sobre qualquer categoria base) dentro da produção sociológica, é o mesmo que analisar a concepção (de pensamento e ação) dos autores sobre o tempo (ou sobre qualquer das categorias analisadas).

Ou seja, se possuo uma metáfora acerca do tempo formulada/utilizada por um autor da sociologia, posso assumir que essa é sua concepção sobre o tempo, e a partir daí analisar a influência dessa mesma noção sobre sua produção teórica. A partir dessa constatação metodológica, a ideia da tese é desenvolver uma análise sobre a influência da ideia de temporalidade na produção sociológica, analisando as metáforas sobre o tempo que aparecem em três autores representativos de 3 fases da sociologia, e de 3 concepções temporais, a saber, Parsons, Foucault e Eisenstadt.

Parsons é representativo de um momento modernizador da sociologia, e de uma temporalidade unilinear da vida, na qual acredita-se no futuro e no progresso como melhores, tanto do passado (que deve ser superado), quanto do presente (que deve servir ao que vai vir). Essa forma de se pensar o tempo e de se apropriar dele, acreditamos, reverbera em muitas concepções parsonianas.

Crítico à Parsons, à modernização, e à própria modernidade (com suas concepções temporais), Foucault representa o movimento de crítica à modernidade, e traz consigo a ideia de que houve uma quebra na narrativa moderna, uma ruptura com a concepção moderna de tempo.

Eisenstadt, por sua vez, crítico à existência da especificidade da temporalidade moderna, não acreditava que a modernidade (e as concepções de tempo que ela suscitava) era algo totalmente novo, e, portanto, homogêneo. Baseado nisso, desenvolveu a ideia de múltiplas modernidades, que, de alguma maneira, propõe diferentes modernidades e temporalidades, não homogêneas, não fixas e não totalmente novas.

Infelizmente, não há espaço nesse paper para que analisemos esses padrões de temporalidade através das metáforas e a partir dele consigamos testar nossa hipótese inicial, refletindo acerca da temporalidade como aspecto epistemológico. Contudo, foi possível clarificar a instrumentalidade da ideia de metáforas como método de análise não apenas para nossa tese, mas para outros tipos de análise e outras investigações.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente paper – fruto de uma tese em construção – se propôs a pensar de maneira geral, a principal hipótese do trabalho a partir do qual se busca investigação, e se propôs a pensar, principalmente, na ideia de metáforas como método rico e instrumental através do qual se pode pensar em algumas categorias básicas do nosso conhecimento que, muitas vezes, não estão sistematicamente conceituadas, mas expostas nos textos através de metáforas.

Iniciamos, portanto com uma análise da ideia de tempo e de temporalidade. Pois vimos que o conceito de tempo, às vezes vago, induz à armadilhas conceituais. Além disso, a ideia de tempo parece estar num ponto anterior à discussão que se tenta trabalhar no presente paper. Diferenciamos tempo e temporalidade e através de uma análise de Elias, bem como de Hammer, definimos temporalidade como o termos mais instrumental para o que desejamos discutir.

Temporalidade é a forma como nos apropriamos – coletivamente e individualmente – da ideia de tempo, e como – a partir disso – analisamos e lidamos com as categorias de presente, passado e futuro, organizando nossas experiências no tempo.

Temporalidade é, portanto, uma concepção mais sociológica e mais instrumental que a ideia de tempo.

Depois disso, analisamos a ideia de metáforas a partir de um trabalho de Lakoff e Johnsen. Os autores compreendem a metáfora não apenas como um recurso linguístico e retórico, mas como pensamento e ação. Isso significa que uma metáfora sobre uma categoria base do pensamento não seria apenas um jogo de palavras, mas uma conceituação daquela ideia.

Com base nisso, e com base nas múltiplas e variadas metáforas que aparecem em vários autores da sociologia, principalmente acerca das categorias base ou conceitos mais complexos e quase míticos da realidade social, é possível utilizarmos as metáforas como método de análise não só da realidade social, mas da teoria sociológica.

Infelizmente, não havia espaço para um debate mais amplo acerca dessa investigação na prática, ou seja, não foi possível analisar conceitos via metáforas, e a partir daí fazer afirmações sobre a produção sociológica. Contudo, apontamos esse caminho, e esperamos trilhá-lo em breve.

**BIBLIOGRAFIA**

- BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a História. 2. E. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- DOMINGUES, José Mauricio. Ensaios de Sociologia: Teoria e Pesquisa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- DURKHEIM, E; MAUSS, M. Primitive Classification. London: Routledge, 2009.
- ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- FABIAN, Johannes. O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- HAMMER, Espen. Philosophy and temporality from Kant to Critical Theory. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- KIRSCHNER, T. B., A reflexão conceitual na prática historiográfica. P. 49. Textos de História, v. 15, n. ½, 2007
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. 3ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- \_\_\_\_\_. Sentido y repetición em la historia. Buenos Aires: Hydra, 2013.
- \_\_\_\_\_. The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts. California: Stanford Univerisity Press, 2002.
- \_\_\_\_\_. In: SHEEHAN, James. Begriddsgeschichte: theory and practice. The Journal of Modern History, v. 50, n. 2, 1978.
- LAKOFF, G.; JOHNSEN, M. Metaphors We live by. London: The University Chicago Press, 2003.
- IANNI, O. Sociologia da Sociologia Latino-Americana. 2 E. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- URRY, John; KEAT, Russell. Social Theory as Science. London and Boston: Routledge & Kegan Paul, 1975.
- URRY, John. [1996]. Perspectives on time and space. In: TURNER, Bryan S. The Blackwell companion to social theory. 2. Ed. Massachusetts: Blackwell Publishers, 2000.
- ROSA, Hartmut. Social Acceleration: A New Theory of Modernity (New Directions in Critical Theory). Columbia: Columbia University Press, 2015.